



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO LUIZ CARLOS MOTTA (PL/SP)**

Apresentação: 09/08/2023 15:25:26.077 - MESA

PL n.3835/2023

**PROJETO DE Nº , DE 2023.**  
(Do Sr. LUIZ CARLOS MOTTA)

Acrescentam-se os §§3º e 4º, ao disposto no art. 45, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), promovendo o desconto no valor da diária, de quaisquer das modalidades dos dormitórios disponíveis, em 50% (cinquenta por cento), nos hotéis, pousadas e similares que não tenham dormitórios acessíveis no percentual instituído em lei (10%) e, o usuário, dependa dele para que tenha acessibilidade, da forma que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Acrescentam-se os §§3º e 4º, ao disposto no art. 45, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da forma que segue:

Art. 45

.....

§3º Não havendo dormitório acessível disponível, no percentual estabelecido em lei (10%), a Pessoa com Deficiência que dele necessite por questões de restrição de mobilidade ou aquele que temporariamente esteja com mobilidade reduzida e faça uso de ajuda assistiva para se locomover, pagará 50% (cinquenta por cento) do valor da diária, em quaisquer das modalidades de dormitório existente no local.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO LUIZ CARLOS MOTTA (PL/SP)**

Apresentação: 09/08/2023 15:25:26.077 - MESA

PL n.3835/2023

§4º A negativa do hotel, pousada ou similar, em cumprir o disposto no §3º imporá ao estabelecimento multa no valor de 10 (dez) vezes do total do valor pago pelo consumidor.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Não podemos mais esperar.

A acessibilidade é condição *sine qua non* de vida digna para a Pessoa com Deficiência, vez que ela lhe assegura a prática de atos com autonomia e independência. Assim, precisamos avançar nas ações que a promovam e exigir uma mudança de paradigmas.

Embora a legislação seja antiga e o prazo de adequação para a instituição de dormitórios acessíveis das obras construídas após 29/06/2004 já tenha se esgotado, a situação vivenciada dista em muito do cumprimento da norma.

Existem redes hoteleiras que não têm nenhuma preocupação de promover acessibilidade e, quando o fazem, muitas vezes, não atendem o estatuído em lei.

Esse fato se dá pela falta, a meu sentir, de punição/fiscalização. Certo é que, a partir do momento que as questões financeiras pesarem na balança, sem sombra de dúvidas teremos a adoção de muitas decisões e medidas eficazes. Logo, as disponibilizações de dormitórios acessíveis passarão a ocorrer com maior efetividade.

Isso porque, a norma, muitas vezes, precisa ostentar um caráter punitivo e/ou pecuniário para que seus efeitos aconteçam. Do contrário, seus destinatários acabam por negligenciar direitos básicos dos cidadãos.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO LUIZ CARLOS MOTTA (PL/SP)**

Apresentação: 09/08/2023 15:25:26.077 - MESA

PL n.3835/2023

Por outro lado, cumpre destacar que os dormitórios acessíveis poderão beneficiar outros públicos, tais como idosos, gestantes, obesos, os temporariamente com mobilidade reduzida e não há que se falar em não ocupação desses espaços, bem como serem utilizados por qualquer pessoa.

Insta salientar que o arbitramento de multa, em caso de negativa do desconto (redução em 50% do valor em quaisquer das modalidades de dormitórios existentes), visa inibir o descumprimento da norma por parte do estabelecimento.

Dessa forma, a presente propositura tem o fim de promover a inclusão das Pessoas com Deficiência lhes assegurando seus direitos fundamentais de acesso ao lazer, a saúde, a educação (se você vai por exemplo participar de um evento e não consegue um hotel acessível isso dificulta consideravelmente a sua permanência), etc, assim como dar cumprimento aos princípios constitucionais, dentre eles, a dignidade da pessoa humana e igualdade de oportunidades.

Por essa razão, pedimos o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de agosto de 2023.

**Deputado LUIZ CARLOS MOTTA**

